



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*  
EM EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS,  
NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA**

**CAMPO GRANDE, MS**

**Abril, 2012**

**Aprovado pela Deliberação CPPG Nº 92, de 10.04.2012.**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)  
Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as  
Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância**

**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação  
para as Relações Étnico-raciais, na Modalidade  
Educação a Distância**

## **COMISSÃO DE ELABORAÇÃO**

**A Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância, vinculado à Assessoria de Educação a Distância, foi instituída por meio da Portaria UEMS Nº. 001 de 03.02.2011 publicada no Diário Oficial nº. 7.883, de 07.02.2011, páginas 11 e 12 e tem como membros os seguintes docentes:**

- Profa. Dra. Beatriz dos Santos Landa
- Profa. Dra. Léia Teixeira Lacerda – Presidente
- Profa. Dra. Maria Leda Pinto
- Profa. Dra. Maria José de Jesus Cordeiro Alves
- Profa. MSc. Maria de Lourdes Silva

## SUMÁRIO

1 DO CURSO.....	06
1.1 Proponente.....	06
1.2 Instituições Parceiras.....	06
1.3 Nome.....	06
1.4 Área de concentração.....	06
1.5 Corpo Docente.....	06
2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO.....	06
2.1 Justificativa .....	06
2.2 Histórico da Instituição Proponente.....	14
3. OBJETIVOS.....	17
3.1 Geral.....	17
3.2 Específicos.....	17
4. PERFIL PROFISSIONAL PRETENDIDO.....	18
5. PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	19
6. LINHAS DE PESQUISA.....	19
7. ESPECIFICIDADES DO CURSO.....	20
7.1 Público Alvo.....	20
7.2 Nível e Titulação da Certificação.....	20
7.3 Abrangência .....	20
7.4 Número de Vagas.....	20
7.5 Carga Horária.....	20
7.6 Periodicidade.....	21
7.7 Período de Funcionamento.....	21
8. CARACTERIZAÇÃO DAS EQUIPES: PEDAGÓGICA E DE SUPORTE ACADEMICO.....	21
8.1 Equipe Pedagógica.....	21
8.1.1 Coordenação de Curso.....	21
8.1.2 Coordenação de Tutoria.....	22
8.2 Tutoria.....	22
8.2.1. Tutor Presencial.....	22
8.2.2 Tutor a Distância.....	23
8.2.3 Professor Conteudista e/ou Formador.....	23
8.2.4 Professor Orientador.....	24
8.3 DO COLEGIADO DE CURSO .....	25
9. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RECURSOS INSTRUCIONAIS....	25
10. FUNDAMENTOS, ORGANIZAÇÃO CURRICULAR METODOLOGIA.....	28

10.1. Organização Curricular .....	29
11. CERTIFICAÇÃO E TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	30
11.1. Trabalho de Conclusão de Curso.....	30
11.2 Atividades Complementares.....	31
11.3 Avaliação de Aprendizagem.....	31
12. CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO CURSO .....	32
13. SEMINÁRIO DE PESQUISA.....	33
14. CARACTERÍSTICAS DAS DISCIPLINAS: EMENTAS, OBJETIVOS E BI- BLOGRAFIAS.....	33
15. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.....	51
15.1. Financiamento.....	51
15.2 Custos.....	51



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)**  
**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as**  
**Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância**

## **1. DO CURSO**

### **1.1 PROPONENTE**

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Assessoria de Educação a Distância – Proposta de Curso vinculada ao Grupo de Pesquisa em Educação, Cultura e Diversidade, liderado pela Profa. Dra. Maria Leda Pinto e Profa. Dra. Léia Teixeira Lacerda.

### **1.2 INSTITUIÇÕES PARCEIRAS**

O Curso será desenvolvido pela UEMS em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes), por meio da Assessoria de Educação a Distância. As parcerias serão firmadas com as organizações públicas, especialmente, com as prefeituras dos municípios que sediarão os Polos de apoio presencial e com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul (SED/MS).

### **1.3 NOME**

Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância.

**1.4 Área de concentração:** Ciências Humanas.

**Área de Conhecimento:** Educação; Tópicos Específicos de Educação.

### **1.5 CORPO DOCENTE**

O corpo docente do Curso será constituído de acordo com o Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação, aprovado por meio da Resolução CEPE-UEMS nº 880, de 16 de março de 2009, que homologa a Deliberação da CPPG/CEPE-UEMS nº. 46, de 06 de fevereiro de 2009.

## **2. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO**

### **2.1 JUSTIFICATIVA**

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância se justifica pela necessidade que têm os professores da Rede Pública de Ensino de atuarem com eficiência em sala de aula, diante da questão da inclusão das populações indígenas, afro-brasileiros do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como para a compreensão dos processos de escolarização dessas populações, destacando os aspectos históricos, filosóficos, políticos, culturais e educativos.

A diversidade das relações étnico-raciais é um tema historicamente relevante para promover a investigação e o debate no processo de formação docente, no entanto, em Mato Grosso do Sul, ainda é um ponto de preocupação para os professores da rede de ensino, que sentem necessidade de um maior preparo nessa área, ainda muito nova para a maior parte desses profissionais.

A UEMS foi a primeira Universidade do Estado a assumir as questões afirmativas em seus cursos de graduação, regulamentando o acesso de indígenas e negros, por meio de cotas. Desta forma, promove junto aos gestores e professores em serviço, uma discussão a respeito da diversidade étnico-racial que constitui a formação do povo brasileiro, cumprindo assim, sua missão diante da educação Sul-Mato-Grossense.

Na última década, o debate sobre a dinâmica das relações étnico-raciais na sociedade brasileira e as ações afirmativas têm se ampliado na esfera pública e, sobretudo nas instituições escolares. Nesse sentido, o momento atual mostra-se favorável para a realização de ações educativas voltadas à superação das desigualdades entre indígenas, brancos e negros. Para tanto é preciso promover um compromisso público do Estado brasileiro, que é signatário, desde 1968, de vários Tratados e Convenções Internacionais voltados para o enfrentamento e a eliminação da discriminação racial<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Os Tratados de Direitos Humanos garantem direitos aos indivíduos; estabelecem as obrigações do Estado em relação aos direitos; criam mecanismos para monitorar a observância dos Estados em relação às suas obrigações e permitem que os indivíduos busquem compensações pela violação dos seus direitos. O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1968), Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos (1966), Convenção III da OIT sobre Discriminação no Emprego e na Profissão (1968) e, mais recentemente, da Carta da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas (2001).

Os indicadores educacionais, em particular, expõem com nitidez a intensidade e o caráter estrutural do padrão de discriminação racial no Brasil. Ao longo do século XX observa-se um contínuo aumento dos níveis de escolaridade média dos brasileiros, no entanto a diferença de escolaridade média entre brancos, indígenas e negros se mantêm perversamente estável entre as gerações.

De acordo com as primeiras análises da situação da educação brasileira, realizada por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - e publicada no *Comunicado nº. 66 do* - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA<sup>2</sup>, a escolaridade da população brasileira com idade a partir de 15 anos atingiu, em 2009, a média de 7,5 anos de estudos. A evolução desse indicador revela que no período examinado (1992 a 2009) ocorreu uma ampliação de cerca de 0,14 anos de estudo ao ano na média. Com isso, levou-se 17 anos para ampliar em 2,3 anos a média de anos de estudo da população. Considerando-se essa taxa anual de crescimento, faltam, ainda, cerca de cinco anos para se atingir, em média, a escolaridade originalmente prevista na Constituição Federal de 1988, (Ensino Fundamental ou 8 anos de estudo).

Essa taxa de crescimento varia de região para região. A região Centro-Oeste apresenta um crescimento de 0,19 anos, enquanto na região Norte o crescimento anual foi de apenas 0,10 anos. Com isso, em 2009, os extremos são as regiões Sudeste (8,2 anos) e Nordeste (6,3 anos). O diferencial entre essas regiões vem se mantendo desde o início da série em cerca de 2 anos. Desse modo, apenas a região Sudeste ultrapassou, em termos médios, a escolarização mínima estabelecida pela Constituição Federal.

Segundo a análise do IPEA (2010) na categoria localização, a população urbana/metropolitana tem, na média, 3,9 anos de estudo a mais que a população rural, atingindo 8,7 anos de estudo. No quesito cor/raça observa-se que os negros tem menos 1,7 ano de estudo, em média, que os brancos.

---

<sup>2</sup> Disponível no site: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101118\\_comunicadoipea66.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101118_comunicadoipea66.pdf)  
Acesso em 28 de julho de 2011.

Diante disso, os dados atuais apresentados pelo *Comunicado n.º. 66 do IPEA*, ainda estão bem próximos dos dados levantados pelo Censo do IBGE em 2000, ou seja, a média de estudo de um jovem negro com 25 anos de idade gira em torno de 6,1 anos de estudo; enquanto que um jovem branco da mesma idade tem cerca de 8,4 anos de estudo. O diferencial é de 2,3 anos. Apesar da escolaridade de brancos e negros crescer de forma contínua ao longo do século, a diferença de 1,7 anos de estudos entre jovens brancos e negros de 25 anos de idade é a mesma observada entre os pais desses jovens.

A ausência da cultura Indígena, afro-brasileira e africana nos currículos escolares marca seu comprometimento com uma cultura e uma ideologia que não levam em consideração a singularidade da formação do povo brasileiro e que têm historicamente negado e/ou reprimido os valores e as tradições de afro-brasileiros e dos demais grupos discriminados da nossa sociedade. Essa é uma ideologia a serviço da manutenção das estruturas vigentes, constituindo-se, desse modo, em um terreno fértil para que os estudantes brancos, negros e indígenas, homens e mulheres, adultos e crianças reproduzam e vivenciem preconceitos e atitudes racistas adquiridos na escola e em outras instituições sociais como a família e a igreja, entre outras.

No intuito de trabalhar para a concretização de ações educativas voltadas à superação das desigualdades entre negros e brancos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB N.º. 9394, de 20 de dezembro de 1996) foi alterada pela Lei N.º. 10.639, de 09 de janeiro de 2003 que instituiu como obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Posteriormente foi publicada a Lei N.º. 11.645, de 10 de março de 2008 que altera a LDB com a finalidade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-brasileira e Indígena reforçando a função da escola de promover o respeito e a valorização da diversidade que constitui o povo brasileiro.

Após a Constituição Brasileira de 1988 e por meio de legislações subsequentes (Diretrizes, 1994<sup>3</sup>; LDB N°. 9.394/96, Referenciais, 1998<sup>4</sup>; Resolução da CEB (Câmara de Educação Básica) N°. 03/99<sup>5</sup>; Referenciais, 2002<sup>6</sup>), a Educação Escolar Indígena, de caráter intercultural e bilíngue, passou a ser implementada no Brasil. Nesse processo, ganhou relevância a figura do professor índio/indígena por ser o agente natural de escolarização em seu contexto de ação, na medida em que também se apropria de forma étnica dos conhecimentos veiculados pela escola, estando assim mais preparado para o processo específico de escolarização de crianças indígenas.

Dessa forma, torna-se possível a construção de uma pedagogia indígena que se expressa no processo escolar por meio de dois princípios curriculares fundamentais: o respeito aos processos próprios de aprendizagem e a utilização da língua indígena nesse processo educativo. Nesse sentido, é preciso investir na formação inicial e continuada de professores indígenas, atuantes em seus contextos étnicos, preparando-os por meio de metodologias e conhecimentos teóricos que lhes possibilitem uma atuação competente em seu contexto social, cultural e educacional.

Os programas específicos de formação inicial voltados para os professores indígenas — embora lhes possibilitem discutir, em sua formação, as questões específicas da educação escolar indígena — são recentes na UEMS, o Normal Superior Indígena iniciou em 2002 e em 2003 na UNEMAT foi oferecido o Curso de Licenciatura Indígena.

A maioria dos professores indígenas graduados recebeu essa formação em cursos não-específicos, com currículos que não contemplavam disciplinas, conteúdos e docentes que promovessem a discussão e o registro das questões específicas de seu contexto étnico-cultural.

---

<sup>3</sup> Diretrizes para uma Política Nacional de Educação Escolar Indígena.

<sup>4</sup> Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.

<sup>5</sup> Fixa Diretrizes Nacionais para o Funcionamento das Escolas Indígenas e dá outras providências.

<sup>6</sup> Referenciais para Formação de Professores Indígenas.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)**  
**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as**  
**Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância**

Nesse sentido, para esses professores é fundamental o acesso a programas de formação continuada que lhes permitam a reflexão sobre sua prática, por meio de um currículo que considere suas tradições e códigos culturais. Um currículo que contemple os processos históricos das práticas educativas indígenas desenvolvidas no Brasil no percurso de 500 anos, assim como, os processos históricos das práticas linguísticas hoje existentes, fruto da necessidade de optarem ou por serem bilíngues, ou monolíngues em português, e suas implicações para a organização da escola indígena específica.

O enfrentamento dessas questões pressupõe uma reflexão academicamente amadurecida que permita ao professor indígena, agente natural desse processo, a construção de uma *práxis* escolar adequada às suas tradições, crenças e saberes culturais.

Assim, o presente Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância se justifica frente à necessidade de qualificar docentes e gestores da Educação Básica, com prioridade para os que atuam nas escolas indígenas e comunidades quilombolas com o objetivo de atender as leis federais nº. 10.639/03 e 11.645/08 que tornam obrigatório o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena. O curso focará questões específicas como: bilinguismo, as práticas étnico-raciais como fatos ideológicos e estéticos na constituição da língua/linguagem, dos meios de comunicação de massa e livros didáticos da Educação Básica, além da contribuição dos negros e indígenas para a formação da identidade nacional, considerando a culinária, a música, a estética, a religião, as artes, a literatura, a medicina, a agricultura, a pintura e o esporte.

O Estado do Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do Brasil com cerca de 50.000 índios. Além da questão quantitativa, essas populações também são caracterizadas por um avançado “estado de Interculturalidade”, aspecto que aponta para um maior índice de escolarização em nível médio e superior. Por essa razão, existe uma demanda de professores indígenas para o ingresso em

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)**  
**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as**  
**Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância**

cursos de Pós-Graduação que focalizem a especificidade do trabalho nas escolas localizadas em terras indígenas.

Diante disso, o oferecimento desse Curso de pós-graduação pela UEMS, vem ao encontro dos anseios de professores indígenas, que por esforço próprio, já buscaram sua formação superior e manifestam o desejo de se aperfeiçoarem, tendo em vista sua qualificação profissional, a partir de referenciais inovadores que possibilitem a compreensão da implantação e funcionamento da Educação Escolar Indígena, em toda a sua complexidade e especificidade.

Em relação a população negra de Mato Grosso do Sul, no Censo de 2010 verifica-se um crescimento da ordem de 7,1% de auto-declarados pretos e pardos em relação ao censo de 2000. Os negros somam hoje no Estado 48,5% contra 47,3% de auto-declarados brancos. Os outros 4,2% referem-se aos indígenas e amarelos. Além disso, o Estado possui várias comunidades quilombolas, algumas com documentação e até escola com currículo específico — como por exemplo a Comunidade de Furnas do Dionísio — e outras em processo de demarcação e reconhecimento. Portanto, justifica-se a oferta desse curso com recorte específico.

O presente Curso oportunizará a professores e gestores do Sistema de Ensino da Educação Básica Sul-Mato-Grossense um aprofundamento sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação para as Relações Étnico-raciais, bem como um amplo estudo do ensino de História e Cultura Indígena, Afro-brasileira e Africana, contidos nas demais legislações nacionais vigentes.

A pluralidade cultural é um dos temas transversais sugeridos por essa legislação que evidencia as diferenças culturais e raciais, com a perspectiva de integrá-las ao currículo, dialogando com as antigas reivindicações dos movimentos sociais brasileiros, especialmente o Movimento Negro e Indígena.

Essas populações residem nas diversas regiões do Estado de Mato Grosso do Sul, lugares esses que nem sempre são de fácil acesso. Diante disso, a modalidade de ensino em Educação a Distância - EaD apresenta vantagens organizacionais para resolver e eliminar as dificuldades de acesso ao conhecimento, tais como:

a) o aumento da capacidade de vagas para atender a um número muito maior de pessoas, nas diferentes localidades;

b) a rapidez na atualização de currículos para atender a uma demanda crescente de novos conhecimentos e tecnologias e

c) a redução na alocação de recursos financeiros.

Dessa forma, essa modalidade de ensino permite um processo de aprendizagem mais flexível, onde o professor e o gestor podem estudar em sua própria casa ou no seu local de trabalho. O ensino na modalidade em EaD também possibilita maior interlocução com colegas de outras cidades, por meio da comunicação de redes de professores que discutem os temas investigados sobre a Educação para as Relações Étnico-raciais.

Devemos levar ainda em consideração que a demanda por esse tipo de formação só poderá ser atendida com a conjunção de várias metodologias e estratégias de aprendizagem. A modalidade de ensino em EaD apresenta um potencial de atendimento estimado em 70% da demanda nacional.

O aprendizado em EaD envolve comprometimento, argumentação e busca contínua do aluno pelo conhecimento. Vale ressaltar que é preciso ter continuidade nesse tipo de aperfeiçoamento, visando, dessa forma, a agregação de novos conteúdos, o que leva a uma atualização dos professores e uma significativa mudança de comportamentos e atitudes diante da sociedade como um todo.

Nesse sentido, o governo brasileiro propõe o Plano Nacional de Formação de Professores que tem como objetivo promover a formação e a qualificação profissional dos professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais sem formação adequada à LDB, por meio de cursos de graduação e pós-graduação, em articulação com as Universidades Públicas federais, estaduais e municipais.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)**  
**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as**  
**Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância**

Assim, considerando o programa de investimento da Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes), por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, a UEMS terá a oportunidade de ofertar o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância em Mato Grosso do Sul, com o objetivo de atender as demandas existentes de profissionais que atuam no cotidiano escolar e têm dificuldades de acesso a Cursos de atualização profissional.

## **2.2 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE**

A Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS foi criada nos termos do disposto no Art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Gerais e Transitórias da Constituição Estadual, e instituída pela Lei nº. 1.461, de 20 de dezembro de 1993, com sede e foro na cidade de Dourados.

Naquele momento foi constituída a Comissão de Implantação da UEMS, devidamente nomeada pelo governador do Estado, Engenheiro Pedro Pedrossian, com a finalidade de construir uma proposta inovadora para a Instituição. A UEMS foi organizada em Unidades Universitárias, localizadas em 14 municípios do interior, estrategicamente escolhidos por sua localização e necessidades, para assim democratizar o acesso à Educação Superior e fortalecer a Educação Básica, não só nas sedes dessas Unidades, mas nas localidades do entorno.

Portanto, desde o início da sua trajetória, a UEMS visava a atender as necessidades da sociedade Sul-Mato-Grossense, objetivando contribuir efetivamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do Estado e do seu povo.

Cabe particularmente ressaltar que, no momento da criação da UEMS, o quadro educacional no Estado não era satisfatório em relação ao Ensino Fundamental e Médio, no que diz respeito à qualificação do corpo docente, sendo, portanto, de extrema necessidade uma ação da Universidade, visando à superação das dificuldades. Além disso, em 1996, a LDB nº. 9394 determinou a exigência mínima de formação superior para a atuação docente em todos os níveis.

Diante do grande número de professores leigos nas redes oficiais de ensino, a UEMS, no final da década de 1990, assumiu o desafio de reverter esse quadro, intervindo, por meio de formação inicial e continuada, na melhoria da Educação Básica em Mato Grosso do Sul.

Dessa forma, destacamos a seguir algumas ações implementadas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, a fim de garantir a todos os egressos uma formação acadêmica e profissional de qualidade, de tal forma que possam utilizar todo o seu potencial em ações transformadoras e benéficas à Educação Básica, com o apoio das metodologias da Educação a Distância.

Uma dessas ações foi a criação da Unidade Universitária de Campo Grande, por meio da *Resolução COUNI/UEMS nº. 184*, de 10 de outubro de 2001 — em resposta à grande demanda apresentada para a formação de professores nessa região e nos municípios do entorno — naquele momento, exclusivamente para o funcionamento do Curso Normal Superior, que seria desenvolvido enquanto a demanda de professores leigos justificasse o seu oferecimento.

O Curso foi oferecido a partir de 2000, inicialmente em 08 (oito) Unidades Universitárias da Instituição<sup>7</sup>, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação e algumas prefeituras municipais, por meio de um Projeto Pedagógico que garantia o acesso limitado aos professores em exercício na Educação Básica em escolas estaduais e municipais.

Vale destacar que o Curso foi inovador em vários aspectos, principalmente por se constituir no marco inicial da utilização da Modalidade de Educação a Distância na UEMS:

- Foi o primeiro Curso da UEMS a utilizar os 20% de sua carga horária, previsto em legislação, para o desenvolvimento de atividades e/ou disciplinas com o apoio de tecnologias de Ensino a Distância;

---

<sup>7</sup> O Polo de Dourados coordenou o Curso nas Unidades de Dourados, Mundo Novo, Navirai e Ponta Porã e o Polo de Campo Grande coordenou o oferecimento do Curso nas Unidades de Campo Grande; Coxim, Paranaíba, Jardim e em Aquidauana e Amambai uma oferta do Curso Normal Superior Indígena para atender aos professores indígenas dessas regiões. E posteriormente o Curso foi ofertado na Unidade de Cassilândia e no município de Miranda.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)**  
**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as**  
**Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância**

- Envolveu os profissionais das Unidades no aperfeiçoamento técnico na área de Educação a Distância com vista a ampliar as possibilidades da política da UEMS de interiorização do Ensino Superior e seu compromisso com a democratização desse ensino em MS.

Tendo em vista que o Curso Normal Superior se constituía em um Projeto com período previsto de funcionamento e conclusão (2000 a 2010), foi então implantado em 2008 o Curso de Pedagogia, Licenciatura, em substituição gradativa ao Normal Superior, este não mais como projeto e, portanto, consolidando a missão da UEMS, enquanto instituição formadora de profissionais capacitados, também nessa região.

O Curso de Pedagogia foi aberto à população, mantendo e aperfeiçoando a forma de oferecimento com a utilização de metodologias da Educação a Distância, utilizando o *know-how* construído para a organização de outros Cursos, inclusive *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*.

Dessa forma, a UEMS ofereceu além dos Cursos de Licenciatura, Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* como o de Fundamentos em Educação e de Educação Especial, ambos em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul e o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, oferecido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do município de Campo Grande, resultados da necessidade de ampliar a formação de docentes do Estado, qualificando-os em áreas específicas.

Diante disso, a UEMS consolida seus princípios como instituição pública sempre atenta às necessidades de todas as localidades do Estado desenvolvendo ações, oferecendo Cursos de Graduação, Pós-Graduação e Extensão nas diversas áreas do conhecimento e da atuação humana, tornando-se uma respeitada instituição para o desenvolvimento científico, tecnológico e social do Estado.

Considerando, portanto, a necessidade do Estado em formar professores especializados em Educação Étnico-racial e de acordo com o que estabelecem as

*Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Indígena, Afro-brasileira e Africana*, juntamente com outras leis e normas, que indicam essa necessidade de qualificação de professores para garantir o acesso, a permanência e a progressão dessas populações na sociedade, a UEMS propõe o oferecimento deste Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância, nos polos apresentados neste projeto, em conformidade com a UAB/Capes, a fim de atender um expressivo número de municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.

### **3. OBJETIVOS:**

#### **3.1 GERAL**

Promover a capacitação em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu* na modalidade de Ensino a Distância de profissionais da Educação Básica, assegurando-lhes formação política e pedagógica adequada ao planejamento, à análise, à orientação e à avaliação de propostas, que correspondam aos avanços do conhecimento no campo da educação para as relações étnico-raciais e da valorização das culturas negra e indígena, tanto em relação ao exercício da docência quanto à concretização de pesquisas e práticas – formais e/ou alternativas, que valorizem a história e a cultura das etnias indígenas, afro-brasileiras e africanas.

#### **3.2 ESPECÍFICOS**

- Capacitar gestores e professores nos conteúdos das Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino de História e Culturas Indígena, Afro-brasileira e Africana;
- introduzir e aprofundar a discussão da temática da Educação para as Relações Étnico-raciais;

- qualificar gestores para incluir a temática das Relações Étnico-raciais (cultura indígena afro-brasileira e africana) nos programas de formação da educação estadual e municipal;
- qualificar gestores e professores para inclusão da temática étnico-racial nos projetos político-pedagógicos das escolas;
- incentivar o desenvolvimento da pesquisa, do registro, bem como a divulgação das diversas práticas pedagógicas realizadas nas escolas do Estado de Mato Grosso do Sul;
- oportunizar a aprendizagem em ambientes virtuais, com troca de experiências entre os participantes;
- divulgar os resultados das pesquisas realizadas no campo das Relações Étnico-raciais, contribuindo com o Portal da Rede de Educação para a Diversidade;
- proporcionar a inclusão digital de gestores e professores.

#### **4. PERFIL PROFISSIONAL PRETENDIDO**

Os profissionais formados no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as Relações Étnico-raciais, na Modalidade de Educação a Distância devem apresentar em sua atuação profissional as seguintes características:

- ser investigativo diante da realidade educacional brasileira para dimensionar o papel da educação, da escola, do ensino, como intencionalidades históricas dos homens, considerando o dinamismo da realidade multirracial, pluriétnica, multicultural, social, política e econômica.
- buscar continuamente o desenvolvimento de uma consciência política e profissional que seja alimentada pela crítica das questões educacionais, pela autocrítica às suas próprias ações e pela busca constante da instrumentalização teórica, política e técnica, tendo em vista o respeito e a igualdade nas relações étnico-raciais.

#### **5. PRINCÍPIOS NORTEADORES**

Os princípios que norteiam o Curso inspiram-se na busca pela compreensão da natureza do processo educativo, portanto, referem-se aos seus aspectos éticos, políticos, sociais e pedagógicos.

Esses princípios têm como finalidade a transformação do papel da educação e da escola levando em consideração os movimentos sociais, a história da sociedade brasileira em um contexto mundial em que predomina a produção de conhecimentos científico-tecnológicos. São inovações que possibilitam aos homens melhores condições de vida, mas também relações econômicas e políticas complexas que geram, contraditoriamente, realidades sociais discrepantes, relações conflitantes e discriminatórias entre os povos.

No Curso, essa reflexão permitirá ao professor a compreensão dessa lógica social e das relações raciais que geram, ao mesmo tempo, tantos limites, mas também possibilidades de atuação desse professor na escola para a promoção e melhoria do processo educacional de todos os cidadãos.

Desta maneira, torna-se necessária a busca de caminhos para preparar os profissionais da educação para uma atuação no contexto social — tão dinâmico, quanto complexo — que exige conhecimentos diversificados, não só para o mercado de trabalho, mas, sobretudo para a convivência social responsável e ética, na qual predomine o respeito às diferenças e a promoção à igualdade não apenas formal, mas de cidadania e de direito.

## **6. LINHAS DE PESQUISA**

Os Grupos de Pesquisa: *Educação, Cultura e Diversidade* e *Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero, Raça e Etnia* compõem as linhas de pesquisa definidas para orientar os pós-graduandos na elaboração de seus projetos de pesquisa são:

- A Diversidade e a Formação de Professores em Mato Grosso do Sul;
- Educação e Cultura das Populações Indígenas, Negras e Quilombolas;
- Instituições Escolares em Perspectiva Histórica e



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)**  
**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as**  
**Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância**

- Acesso e Permanência de Negros e Indígenas na Educação Superior.

## **7. ESPECIFICIDADES DO CURSO**

### **7.1 PÚBLICO ALVO**

Profissionais da Educação Básica, no exercício da função de magistério, portadores de diplomas de Cursos de licenciatura e de outros Cursos de graduação e de áreas afins, legalmente registrados pelos órgãos competentes, desde que comprovem efetivo exercício de atividade de natureza educacional na Educação Pública.

### **7.2 NÍVEL E TITULAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO**

Especialista em Educação para as Relações Étnico-raciais.

### **7.3 ABRANGÊNCIA**

O Curso será ofertado nos Municípios da região Centro-oeste, especificamente, do Estado de Mato Grosso do Sul, distribuídos entre os 08 (oito) polos abaixo citados, em conformidade com a UAB/Capes:

1. Água Clara;
2. Bataguassu;
3. Camapuã
4. Costa Rica;
5. Miranda;
6. Porto Murtinho
7. Rio Brilhante
8. São Gabriel do Oeste.

### **7.4. NÚMERO DE VAGAS**

400 vagas, sendo 50 por município com Polo de Apoio Presencial, integrante do Sistema UAB/Capes. Considerando as especificidades do Curso, não serão selecionados nem aceitos pós-graduandos, em caráter especial.

### **7.5. CARGA HORÁRIA**

375 horas

## **7.6. PERIODICIDADE**

Temporário

## **7.7. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO**

O Curso terá a duração de no mínimo 12 (doze) e no máximo 18 (dezoito) meses, conforme normas vigentes da UEMS. A data de matrícula dos ingressantes será tomada como referência para a contagem dos prazos.

O detalhamento das etapas e atividades será submetido às instâncias da UEMS responsáveis pela aprovação e publicado em edital. Portanto, o funcionamento do Curso seguirá o Calendário Acadêmico aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE-UEMS).

## **8. CARACTERIZAÇÃO DAS EQUIPES: PEDAGÓGICA E DE SUPORTE ACADÊMICO**

A equipe será composta pelo coordenador de curso, coordenador de tutoria, coordenadores de polo, tutores a distância, tutores presenciais, professor formador e/ou conteudista e professor orientador.

Os critérios básicos quanto à formação dos profissionais para atuar no Curso atenderão a Resolução CD/FNDE N°. 26, de 05 de junho de 2009 e das normas vigentes na UEMS, os quais serão devidamente publicados em edital específico nos casos em que a seleção for necessária.

### **8.1 EQUIPE PEDAGÓGICA**

#### **8.1.1 Coordenação de Curso**

A Coordenação do Curso será exercida por um professor do Curso, do quadro da UEMS e será eleita de acordo com normas vigentes da instituição.

As atribuições da Coordenação do Curso estão previstas no Regulamento do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as Relações Étnico-raciais, na Modalidade a Distância, de acordo com o Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação da UEMS, aprovado pela Resolução CEPE/UEMS nº 880, de 16 de março de 2009 e Anexo I, e de acordo com a Resolução nº. 26/2009 de Universidade Aberta do Brasil – UAB.

### **8.1.2 Coordenação de Tutoria**

A Coordenação de Tutoria será exercida por um professor do Curso, do quadro da UEMS.

As atribuições da Coordenação de Tutoria estão previstas no Regulamento do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação para as Relações Étnico-raciais, na Modalidade a Distância, de acordo com o Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação da UEMS, aprovado pela Resolução CEPE/UEMS nº. 880, de 16 de março de 2009 e Anexo I, e de acordo com a Resolução nº. 26/2009 de Universidade Aberta do Brasil – UAB.

## **8.2 TUTORIA**

Um Curso na modalidade a distância se caracteriza basicamente pela mediação dos recursos tecnológicos, cuja interação não está vinculada nomeadamente a limites espaciais físicos. Em face disso, impõe-se à necessidade de tutoria, que é exercida em momentos diferenciados, podendo acontecer presencialmente e a distância. Desse modo, os tutores presenciais são os profissionais que fazem o papel de interlocutores diretos com os pós-graduandos e os tutores a distância interagem, basicamente por meio de recursos tecnológicos.

### **8.2.1 Tutor Presencial**

Esse profissional será selecionado por meio de Edital específico e deverá ter como formação Curso de Pedagogia ou Normal Superior ou também outros Cursos de Licenciatura e de Graduação de áreas afins, preferencialmente, que possuam um Curso de Pós-Graduação na área da Educação. O tutor presencial deverá ter vínculo com o serviço público e prestará atendimento aos pós-graduandos, nos polos de apoio presencial, onde será disponibilizada infraestrutura adequada, ou seja, que atenda às necessidades de acompanhamento da trajetória de cada um deles no Curso.

As atribuições do tutor presencial estão previstas no Regulamento do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação para as Relações Étnico-raciais, na

Modalidade a Distância, de acordo com o Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação da UEMS, aprovado pela Resolução CEPE/UEMS nº. 880, de 16 de março de 2009 e Anexo I, e de acordo com a Resolução nº. 26/2009 de Universidade Aberta do Brasil – UAB.

### **8.2.2 Tutor a Distância**

Esse profissional será selecionado por meio de edital específico e deverá ter Mestrado ou Doutorado na área de Educação e experiência na área de Educação. Cada tutor será responsável por um grupo de 25 (vinte e cinco) pós-graduandos. O tutor a distância selecionado deverá ter vínculo com o serviço público e prestará atendimento aos pós-graduandos e aos tutores presenciais para o devido desenvolvimento da trajetória desses pós-graduandos e do Curso, por meio das ferramentas disponíveis no ambiente *on-line*.

As atribuições do Tutor a Distância estão previstas no Regulamento do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as Relações Étnico-raciais, na Modalidade a Distância, de acordo com o Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação da UEMS, aprovado pela Resolução CEPE/UEMS nº. 880, de 16 de março de 2009 e Anexo I, e de acordo com a Resolução nº. 26/2009 de Universidade Aberta do Brasil – UAB.

### **8.2.3 Professor-conteudista e/ou formador**

O grupo de professores-conteudistas e/ou formadores do Curso será constituído por mestres e doutores que atuam na área da Educação e áreas afins, nos quadros da UEMS, bem como de professores credenciados oriundos de organizações públicas e/ou privadas, da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul e Secretarias municipais.

Para a composição do grupo de professores-conteudistas e/ou formadores, além desses aspectos, serão também observados:

- titulação mínima de mestres e doutores, prevista na legislação.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)**  
**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as**  
**Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância**

- na ausência desses profissionais, serão aceitos professores com titulação de especialista e com comprovação de pesquisas, trabalhos e/ou experiência relacionados à disciplina a ser ministrada no Curso.

As atribuições dos professores-conteudistas e/ou formadores estão previstas no Regulamento do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação para as Relações Étnico-raciais, na Modalidade a Distância, de acordo com o Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação da UEMS, aprovado pela Resolução CEPE/UEMS nº 880, de 16 de março de 2009 e Anexo I, e de acordo com a Resolução nº. 26/2009 de Universidade Aberta do Brasil – UAB.

#### **8.2.4 Professor Orientador**

O grupo de professores orientadores do Curso tem como função específica orientar os projetos de pesquisa dos pós-graduandos, cumprir os procedimentos regimentais para a apresentação e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso e será composto:

- pelos professores-pesquisadores do Curso que comprovem pesquisas, trabalhos ou experiência na área da Educação e/ou de áreas da diversidade e das relações Étnico-raciais;
- por professores, a serem selecionados por meio de edital específico, que apresentem a titulação mínima, de mestres e doutores, prevista na legislação e, na ausência desses profissionais serão aceitos professores com titulação de especialista.
- todos os professores deverão comprovar o desenvolvimento de pesquisas, trabalhos e/ou experiência na área da Educação e/ou de áreas da diversidade e das relações étnico-raciais.

Será considerada a compatibilidade entre o projeto de pesquisa do orientando e a linha de pesquisa a qual o professor orientador está vinculado.

#### **8.3. DO COLEGIADO DE CURSO**

A constituição de um Colegiado de Curso visa, para além das exigências regimentais, garantir a participação de todos os envolvidos no processo de execução do Projeto Pedagógico para o alcance dos objetivos na formação dos pós-graduandos. As reuniões do Colegiado poderão ser realizadas utilizando-se de ferramentas de mídia, de modo on-line.

A composição do Colegiado do Curso está prevista no Regulamento do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância, de acordo com o Regimento Interno dos Cursos de Pós-Graduação da UEMS, aprovado pela Resolução CEPE/UEMS nº. 880, de 16 de março de 2009 e Anexo I, e de acordo com a Resolução nº. 26/2009 de Universidade Aberta do Brasil – UAB.

## **9. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E RECURSOS INSTRUCIONAIS**

De acordo com Lacerda e Pinto (2011)<sup>8</sup> as escolas públicas brasileiras na atualidade vivenciam um descompasso entre os processos de ensino e aprendizagem que desenvolvem em sala de aula e os meios de comunicação e suas novas tecnologias. Por um lado, está o razoável investimento em equipamentos midiáticos, por parte dos governos federal, estadual e municipal, e, por outro lado, o discurso pedagógico que não é mais majoritário no processo educativo da criança e dos jovens, deixando o espaço escolar pouco atrativo ao educando. Isso significa que o processo de ensino e aprendizagem precisa ser ressignificado, incluindo necessariamente um diálogo com a linguagem midiática, as novas tecnologias e a tendência do mercado trabalhista.

Segundo as autoras, na formação do educando é importante que o educador desenvolva uma concepção não-fragmentada do conhecimento para estabelecer, na sua prática pedagógica, uma interação entre o conhecimento acadêmico e as novas tecnologias. Essa dinâmica é contínua e processual, e cabe ao educador se aproximar da cultura escolar das novas gerações de alunos e gradativamente despertar o interesse desse cidadão pelo conhecimento.

---

<sup>8</sup> LACERDA, Léia Teixeira & PINTO, Maria Leda. A Educação a Distância em uma Perspectiva Histórica. In: \_\_\_\_\_ *Educação, Diversidade e Cidadania: Sujeitos e saberes dos processos e das Práticas Pedagógicas*. Dourados-MS: Editora da UEMS, 2011. p.19-23.

A Educação a Distância, enquanto modalidade da educação, se utiliza de meios e de ferramentas da informática especialmente projetados para possibilitar a aprendizagem, visando a interação dos pós-graduandos com os tutores e, com a finalidade última, a apropriação de conhecimentos.

Na Educação a Distância, a linguagem escrita é a forma mais utilizada para o diálogo ou interação entre pós-graduandos e tutores. Assim, no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação Étnico-racial, na modalidade Educação a Distância serão utilizados:

- Textos e livro-texto: Serão organizados pelos professores conteudistas e demais membros das equipes do Curso;
- Bibliografia complementar: No decorrer do Curso serão adquiridos novos livros, conforme as sugestões dos docentes que serão disponibilizados na biblioteca dos polos de apoio presencial;
- Artigos: Serão indicados artigos de periódicos especializados, artigos de revistas e jornais, obras clássicas, virtuais ou não, para constituir o acervo bibliográfico e favorecer o aprofundamento dos conhecimentos e discussões.

A metodologia adotada para a interação entre professores e cursistas será a da ferramenta Moodle. O Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment) é um software livre de apoio à aprendizagem colaborativa no ambiente virtual. É também chamado de “Sistema de Gestão de Aprendizagem”.

O sistema foi criado por Martin Dougiamas em 2001. A plataforma Moodle é um sistema de administração de eventos educacionais para comunidades on-line, em ambientes virtuais e se destinam à aprendizagem colaborativa.

Essa Plataforma tem sido amplamente utilizada por diversas Instituições de Ensino Superior (IES), pois se constitui em um software que possibilita o trabalho colaborativo entre os participantes dos Cursos oferecidos on-line. É utilizado pelos professores como ferramenta de apoio à aprendizagem por dispor de um conjunto de recursos úteis que facilitam e ampliam as possibilidades de interação e construção do conhecimento no ambiente virtual. Para acesso à ferramenta Moodle visite o site: <http://www.moodle.org.br/>

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)**  
**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as**  
**Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância**

A utilização das ferramentas — fóruns, chats, bibliotecas, videotecas, tarefas, lições, glossários e outras — disponíveis no ambiente de aprendizagem não exige nenhum pré-requisito, além dos conhecimentos básicos de acesso à internet e conceitos de postagem de mensagem e envio de arquivos por meio eletrônico (e-mail). A comunicação entre os participantes está fundamentada nesses pressupostos e, portanto, o sistema requer o mínimo de familiarização com suas funções específicas - o que é uma tarefa muito simples e que evolui à medida que os conteúdos e as atividades propostas são realizados e disponibilizados. Desse modo, a aprendizagem torna-se mais dinâmica, eficiente e produtiva.

O material impresso ou em mídia deverá ser disponibilizado pelo professor responsável pela disciplina, com antecedência, mínima de 30 dias, visando possibilitar ao pós-graduando a leitura prévia.

O uso dos ambientes virtuais para divulgação e troca de informações, bem como a forma e as normas para o desenvolvimento das aulas virtuais e dos *fóruns* de discussões serão devidamente normatizados e planejados pelo Colegiado de Curso e divulgados junto aos pós-graduandos. Esses momentos interativos irão possibilitar experiência de participação, de discussões e de reflexões interdisciplinares sobre as temáticas educacionais.

Em conformidade com a legislação da Educação a Distância para os Cursos a serem oferecidos nessa modalidade, o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as Relações Étnico-raciais prevê que os 20% (vinte por cento) presenciais obrigatórios serão utilizados para encontros pedagógicos como apresentação de conteúdos, palestras e seminários de pesquisa, além das avaliações de conteúdo e defesas do Trabalho de Conclusão de Curso.

No Curso, a carga horária presencial é de 75 (setenta e cinco) horas e a periodicidade dos encontros presenciais para o seu desenvolvimento mensal será devidamente distribuída para atender todas as atividades do Curso, das disciplinas e as necessidades dos pós-graduandos para otimizar a aprendizagem.

O Calendário Acadêmico do Curso, a distância e presenciais, aprovado pelo Colegiado será apresentado, aos pós-graduandos no início das aulas, pela Coordenação de Curso.

## 10. FUNDAMENTOS, ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E METODOLOGIA

A criação da Universidade Aberta do Brasil e a regulamentação da Educação a Distância, segundo Lacerda e Pinto (2011), constituem-se em divisor de águas para a solidificação da EaD no Brasil, pois essa instituição e a LDB possibilitaram às universidades brasileiras o oferecimento de cursos de Graduação e Pós-Graduação a distância.

Dessa forma, as Universidades Ensino Superior (IES) e a expansão da Internet consolidaram a modalidade como válida e equivalente para todos os níveis de ensino. Considerando a importância histórica da EaD, no Brasil e no mundo, é possível afirmar que essa modalidade de ensino - definida por Chaves (1999) [...] como o ensino que ocorre quando o professor e o pós-graduando estão separados — no tempo ou no espaço — veio para ficar, porque tem um papel social muito importante, pois:

1. democratiza o conhecimento científico, fazendo-o chegar aos mais distantes rincões do país e atender as aspirações de cidadãos brasileiros que de outra forma não conseguiriam fazer a sua tão sonhada graduação;
2. proporciona a emancipação dos cidadãos, possibilitando-lhes pleno acesso aos bens culturais da humanidade, diminuindo as desigualdades intelectuais presentes na sociedade;
3. possibilita a redução da falta de oportunidade de trabalho, estudo e, principalmente, a desqualificação profissional (CHAVES *Apud* LACERDA & PINTO, 2011, p. 21).

Nessa perspectiva, este Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação para as Relações Étnico-raciais, na modalidade Educação a Distância, foi elaborado com o intuito de oportunizar aos profissionais da Educação Básica, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes), condições para refletirem e pesquisarem sobre a diversidade das relações étnico-raciais presentes na instituição escolar em que atuam.

Espera-se, assim, que a organização desse Curso seja capaz de contribuir com a formação de especialistas em educação para as Relações Étnico-raciais, para quem, a pós-graduação *lato sensu* tem importante papel, no sentido de contribuir com o desenvolvimento de estudos e pesquisa na área.

Nessa perspectiva, as ações pretendidas no Projeto deste Curso visam garantir um espaço de incorporação de novos saberes e conhecimentos na prática educativa e melhorar as relações sociais entre os diferentes grupos étnicos.

## 10.1. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Matriz Curricular do Curso foi organizada da seguinte forma: disciplinas básicas (fundamentos), disciplinas específicas e seminários de pesquisa, para auxiliarem no processo de desenvolvimento da pesquisa e elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

Nº	Disciplinas	Carga horária	Créditos	Categoria
01	Fundamentos de Educação a Distância	30	2	Obrigatória
02	Metodologia da Pesquisa em Educação	45	3	Obrigatória
03	Psicologia e os Processos Próprios de Aprendizagem	30	2	Obrigatória
04	Políticas Públicas para a Educação Étnico-racial no Brasil	30	2	Obrigatória
05	História dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul	45	3	Obrigatória
06	História e Cultura Africana e Afro-brasileira	45	3	Obrigatória
07	Linguística Indígena	15	1	Optativa
08	A Diversidade na Escola e a Educação para as Relações Étnico-raciais	30	2	Obrigatória
09	Projeto Político Pedagógico das Escolas na Perspectiva da Educação Étnico-racial	45	3	Obrigatória
10	Análise do Discurso do Preconceito e da Discriminação na Sociedade Brasileira	30	2	Obrigatória
11	Seminário de Pesquisa	30	2	Obrigatória
-	<b>Total da Carga Horária e Créditos</b>	<b>375</b>	<b>25</b>	-

## 11. CERTIFICAÇÃO

Será concedido o certificado de Especialista em Educação para as Relações Étnico-raciais para o pós-graduando que cumprir todas as etapas/créditos previstos no curso e obtiver, no mínimo, conceito “C” e ter apresentado o Trabalho de Conclusão do Curso em audiência pública, diante de uma Comissão Examinadora constituída pelo orientador do trabalho de pesquisa e dois professores convidados,

preferencialmente, professores que atuaram no Curso, aprovados pelo Colegiado do Curso.

A audiência pública deverá ser presencial, no polo de apoio em que o pós-graduando está vinculado. Observa-se que a Coordenação do Curso poderá, por impedimentos operacionais, estabelecer a realização de audiências públicas de defesa em outro polo ao qual o pós-graduando não está ligado, mediante aprovação do seu Colegiado.

O pós-graduando que não obtiver o aproveitamento exigido na apresentação do Trabalho de Conclusão do Curso poderá receber uma declaração de conclusão das disciplinas cursadas com êxito, com suas respectivas cargas horárias, notas e conceitos.

### **11.1. TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO**

O Trabalho de Conclusão de Curso consistirá em uma atividade de pesquisa na área da Educação para as Relações Étnico-raciais, tendo em vista o perfil profissional pretendido, o qual deverá ser desenvolvido individualmente pelo pós-graduando e apresentado na forma de artigo científico que, necessariamente, deverá explicitar domínio do tema e tratamento científico adequado. Esse trabalho deverá ser acompanhado por um professor orientador quadro do Curso, ou selecionado para esse fim.

### **11.2. ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

As atividades complementares não são obrigatórias no Curso, mas serão incentivadas na forma de participação em eventos de natureza científica, com apresentação de relatórios parciais e relatório final das pesquisas desenvolvidas ao longo do Curso, tendo em vista que ampliam e aprofundam o processo de formação do pós-graduando.

### **11.3. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

A avaliação da aprendizagem terá por objetivos acompanhar o desenvolvimento dos pós-graduandos, sua capacidade de mobilizar os

conhecimentos e de aplicá-los em situações diversas. Será realizada de forma processual, acompanhada pelos tutores presenciais, a distância e professores-pesquisadores.

Em atendimento ao Decreto nº. 5.622/2005, cada disciplina deverá desenvolver atividades de avaliação escrita presencial, conforme a sistematização de cada profissional responsável pela disciplina. Ainda, serão observados o envio das atividades propostas, a presença nas salas virtuais e fóruns, bem como o acesso à Plataforma Moodle. Para dar continuidade às disciplinas, é necessário que o pós-graduando apresente desempenho satisfatório em, no mínimo, 75% das atividades a distância e em 75% das avaliações presenciais.

As avaliações serão computadas para a nota final, tendo as avaliações a distância o peso 4 e as avaliações presenciais peso 6 e serão calculadas conforme a fórmula:

$$\frac{(MD \times 4) + (MP \times 6)}{10} = MF$$

**MD – média a distância**

**MP – média presencial**

**MF – média final**

A realização das atividades a distância será computada como frequência. Para aprovação em uma disciplina, é necessário que o acadêmico tenha realizado pelo menos 75% das atividades previstas.

Além das avaliações realizadas no decorrer de cada disciplina, será definido pelos respectivos tutores a distância e registradas nos Planos de Ensino, um Trabalho de Conclusão de Disciplina (TCD), em forma de artigo ou relatório a critério do professor formador.

Na disciplina de Metodologia de Pesquisa em Educação, o TCD, constituir-se-á em projeto de pesquisa.

O critério de avaliação utilizado será o de conceitos, de acordo com a tabela abaixo:

de 9,0 a 10,0	A	Excelente
---------------	---	-----------

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)**  
**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as**  
**Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância**

de 8,0 a 8,9	B	Bom
de 7,0 a 7,9	C	Regular
de 0,0 a 6,9	D	Insuficiente

Tabela nº. 1 - Critério de avaliação

## **12. CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NO CURSO**

A capacitação dos profissionais envolvidos no Curso faz-se necessária em função das especificidades dessa modalidade de ensino e será desenvolvida em dois sentidos:

- **Formação de Tutores:** serão oferecidas Oficinas Presenciais para a formação de Tutores, enfocando os seguintes tópicos: aspecto fundamental da tutoria, conceituação, caráter e natureza da tutoria, metodologias para atendimento pedagógico a distância, utilização das mídias e as funções do tutor.
- **Produção de materiais:** O Curso terá uma estrutura teórico-prática, para que os professores trabalhem com a produção de material com assessoramento de especialista em EaD, esse trabalho poderá ser desenvolvido à distância, via Internet, com complementação de oficinas presenciais.

## **13. SEMINÁRIO DE PESQUISA**

O Seminário de Pesquisa está presente, como componente curricular, na fase de finalização do Curso, com a função de fazer a articulação entre as demais disciplinas. Destaca-se, ainda que, a concepção e a forma de desenvolvimento do Seminário de Pesquisa visa oportunizar aos pós-graduandos momentos de integração em que poderão apresentar e discutir seus projetos de pesquisa, além de oferecer e receber contribuições para o aprimoramento do processo de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso.

## **14. CARACTERÍSTICAS DAS DISCIPLINAS: EMENTAS, OBJETIVOS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **1. Disciplina: Fundamentos da Educação a Distância**

#### **Ementa:**

Histórico da Educação a Distância e perspectivas. Formas e características da EaD. Relações entre comunicação, tecnologia e educação. Recursos tecnológicos para a EaD. Conceitos básicos. Aspectos legais. Experiências brasileiras de educação à



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)**  
**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as**  
**Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância**

distância. Cenário local e global do ensino a distância. Fundamentos metodológicos de ensino e de aprendizagem. Apresentação da Plataforma Virtual de aprendizagem Moodle, o uso de suas ferramentas e a dinâmica da interação on-line.

**Objetivo:**

Apresentar a importância do uso de novas tecnologias como meio de superação das dificuldades educacionais em um país de dimensão continental e de superação às resistências em relação à essa nova modalidade de ensino e oferecer subsídios para compreensão da EaD para o acesso ao conhecimento, na atualidade.

**Bibliografia Básica:**

BELLONI, M. L. **Educação a distância**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

GOUVÊA, G. **Educação a distância na formação de professores: viabilidades, potencialidades e limites**. Rio de Janeiro: Vieira e Lent, 2006.

KENSKI, V. M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 5ed. Campinas: Papyrus, 2008.

LITTO, F. M.; FORMIGA, M. (Orgs.). **Educação a distancia: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

**Bibliografia Complementar:**

LITWIN, E. (Org.) **Educação a distância, temas para o debate de uma nova agenda educativa**. São Paulo: Artmed, 2001.

MORAN, J. M. MASETTO, M. ; BEHRENS, M. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo: Papyrus, 2003.

SILVA, M. (Org.). **Educação on-line: teorias, práticas, legislação, formação corporativa**. São Paulo: Loyola, 2003.

SOARES, M. **Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura**. Campinas, Educação e sociedade, v. 23, n. 81, p. 143-160, dez. 2002. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 02 ago. 2008.

**2. Disciplina: Metodologia da Pesquisa em Educação**

**Ementa:**

Subsídios para a elaboração de pesquisa no campo educacional; Definição do objeto, do tema da pesquisa e o processo de problematização da investigação. Diferentes abordagens da pesquisa em educação. Elaboração de relatórios de pesquisa.

### Objetivo:

Apresentar as etapas da pesquisa no campo educacional, dando destaque para as reflexões sobre as relações étnico-raciais; Compreender as diferentes abordagens da pesquisa em educação, com base em referencial teórico que possibilite a reflexão sobre a prática docente e conhecer a linguagem acadêmica para a elaboração de relatórios de pesquisa.

### Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: Informação e documentação. Citações em documentos. Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6028**: Informação e documentação. Resumos. Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 6023**: Informação e documentação. Referências. Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6027**: Informação e documentação. Sumário. Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724**: Informação e documentação. Trabalhos acadêmicos. Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

FARIA FILHO, L. M. (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas/SP: Autores Associados, 2000. V. 01.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E.; FRANCO, M.A.S. **Pesquisa em Educação**: Alternativas investigativas com objetos complexos. São Paulo-SP: Edições Loyola, 2006.

### Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: Informação e documentação. Numeração progressiva das seções de um documento. Apresentação. Rio de Janeiro, 2012.

AZEVEDO, I.B. **O prazer da produção científica**: diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos. 6. ed. São Paulo: UNIMEP, 1996.

BARBOSA, M. L. de A. et al. (Orgs.) **De preto a afrodescendente**: trajetos de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil. São Carlos-SP: EDUFSCar, 2003.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

### 3. Disciplina: Psicologia e os Processos Próprios de Aprendizagem

**Ementa:**

Introdução à psicologia: história e conceitos. Concepções teóricas da Psicologia e suas contribuições ao campo da aprendizagem e do desenvolvimento. Os processos próprios de aprendizagem da criança afrodescendente, quilombola e indígena. Estudo de caso da aprendizagem e do desenvolvimento biopsicossocial dessas populações.

**Objetivo:**

Apresentar os princípios e concepções teóricas da psicologia numa perspectiva crítica voltada para a organização da educação étnico-racial, bem como para a abordagem dos processos próprios de aprendizagem e desenvolvimento da criança negra, quilombola e indígena.

**Bibliografia Básica:**

ARAÚJO, V. C. **O jogo no contexto da educação psicomotora.** São Paulo. Cortez, 1992.

BOCK, A. et al. **Psicologias.** 9. ed., São Paulo: Saraiva, 1996.

BOULCH, J.L. **A educação pelo movimento: a psicocinética na idade escolar.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

\_\_\_\_\_. **O desenvolvimento psicomotor: do nascimento até os 6 anos.** Porto Alegre-RS. Artes Médicas, 1988.

BRASIL, CRP/SP. **Psicologia e povos Indígenas.** São Paulo-SP: CRP/SP, 2010.

CARONE, I. ; BENTO, M. A. B. **Psicologia social do racismo: Estudos sobre branqueamento no Brasil.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

FERREIRA, R. F. **Afro-descendente: identidade em construção.** São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

GRUPIONI, L. D. et al. **Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade.** São Paulo-SP: Edusp/Unesco, 2001.

LOUREIRO, S. A. G. **Identidade étnica em re-construção: a resignificação da identidade étnica de adolescentes negros em dinâmica de grupo na perspectiva existencial humanista.** Belo Horizonte: Editora O Lutador, 2004.

LURIA, A. R. **Desenvolvimento cognitivo: seus fundamentos culturais e sociais.** São Paulo: Ícone, 1990.

VYGOTSKY, L. S. **Formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1988.

WALLON, H. **Psicologia e educação da infância.** Lisboa: Ed. Estampa, 1975.

**Bibliografia Complementar:**

BRIKMAN, L. **A linguagem do movimento corporal.** São Paulo: Summus Editorial, 1989.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)**  
**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as**  
**Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância**

CARRAHER, T. N. (Org.). **Aprender Pensando**: contribuições da psicologia cognitiva para a educação. Petrópolis: Vozes. 1988.

CHATEAU, J. **O Jogo e a criança**: Summus Editorial, 1989.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldades de aprendizagem de A a Z**: guia completo para pais e educadores. Porto Alegre: ARTMED, 2001.

TAILLE, Y. D. L.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. **Piaget, Vygotsky e Wallon**: Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.

#### **4. Disciplina: Políticas Públicas para a Educação Étnico-racial no Brasil**

##### **Ementa:**

Documentos oficiais que decretam a implantação no sistema de ensino brasileiro da educação étnico-racial. A construção escola diferenciada e intercultural. As políticas públicas voltadas para a educação escolar indígena, de Afro-brasileiros e quilombolas no Brasil. Os povos indígenas, afro-brasileiros e quilombolas, a Lei de Diretrizes e Bases e as Leis antirracistas. O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas e as Diretrizes Curriculares da Educação Étnico-racial. Currículo, Tradição e Cultura na Formação de Professores.

##### **Objetivo:**

Analisar criticamente os documentos oficiais que decretam a implantação no sistema de ensino brasileiro da Educação para o respeito e a igualdade étnico-racial. Conhecer as políticas públicas voltadas para a educação escolar indígena, de Afro-brasileiros e quilombolas; Compreender a Lei Nacional de Diretrizes e Bases nº. 9396/1996, as Leis antirracistas, os fundamentos gerais da educação étnico-racial e estruturar o currículo, levando em consideração a tradição e a cultura na formação de professores.

##### **Bibliografia Básica:**

AQUINO, J. G. (Org.). **Diferenças e preconceitos na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Ed., 1998.

BRANDÃO, A. A. (Org.). **Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói- RJ : Editora da Universidade Federal Fluminense, 2004.

BRASIL. **Conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata**. Brasília-DF: MEC, 2001.

\_\_\_\_\_. **Dimensões de inclusão no ensino médio**: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)>. Acesso em 10 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 11.645 de 10 de março de 2005**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11645.htm)>. Acesso em: 10 jan. 2009.

\_\_\_\_\_. MEC/CNE. **Parecer CNE/CP nº 003/2004**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004.

CANDAU, V. M. (Org.) **Sociedade, educação e cultura(s):** questões e propostas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GADOTTI, M. **Educação básica e diversidade cultural**. São Paulo: Editora Pontes, 1994.

GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOMES, N. L. Cultura negra e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, Maio-ago 2003.

GRINSPUM, M.P.S.Z. De alternativo a Oficial: Sobre a (Im)Possibilidade da Educação Escolar Indígena no Brasil. In: VEIGA, J.; D'ANGELIS, W. (Orgs.). **Leitura e Escrita em Escolas Indígenas**. Campinas: Associação Brasileira de Leitura / Mercado das Letras, 1997.

MOURA, C. **Quilombos e resistências**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1993.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, B. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In: RATTS, A. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

OLIVEIRA, I. D. de. Das culturas tradicionais africanas às religiões afro-brasileiras. In: SOUSA Jr., V. C. **Nossas raízes africanas**. São Paulo: Centro Atabaque de Cultura Negra e Teologia, 2004. p. 117 -123.

ROCHA, M. J. ; PANTOJA, S. (Orgs). **Rompendo silêncios da África nos currículos da educação básica**. Brasília: DP Comunicações Ltda, 2004.

THEODORO, M. (org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.

### **Bibliografia Complementar:**

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº. 14 de 18 de outubro de 1999.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. Diário Oficial da União, Brasília, p.12, 19 out. 1999.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e Bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.172 de 09/01/2001.** Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União Brasília, n. 7, p. 1, 10 jan. 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Versão Ago/1996.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CP nº. 10 de 11/03/2002.** Delibera sobre a formação do professor indígena em nível universitário. Diário Oficial da União, Brasília, n. 69, p. 14, 11 abr. 2002.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, 339 p.

\_\_\_\_\_. **Resolução CEB/CP nº. 1 de 30 de setembro de 1999.** Dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, p. 18, 13/04/1999.

\_\_\_\_\_. **Resolução CEB nº. 3 de 10/11/1999.** Fixa as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. Diário Oficial da União, Brasília, p.58, 14 dez. 1999.

BRITO, S. H. A. de. **Escola e movimento indigenista no Brasil:** da educação alternativa para o índio à educação indígena (1970-1994). 1995. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 1995.

CABRAL, P. E. **Educação escolar indígena em Mato Grosso do Sul:** algumas reflexões. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação, 2002.

CABRAL, A. S.; MONSERRAT, R.,; MONTE, N. **Por uma educação indígena diferenciada.** Brasília: CNRC/FNPM, 1987.

\_\_\_\_\_. **A temática indígena na escola:** novos subsídios para professores de 1º e 2º. Brasília: Grupioni; MEC/MARI/UNESCO, 1995.

CAPACLA, M. V. **O debate sobre a educação indígena no Brasil:** 1975 – 1995. [S.l.]: [s.n.], 19--.

GRUPIONI, L. D. B. A nova LDB e os índios: a rendição dos carapálidas. **Cadernos de Campo – Revista dos alunos de Pós-Graduação em Antropologia.** São Paulo-SP, USP, v.1, p. 105-112, 1991.

HERNANDEZ, I. **Educação e Sociedade Indígena:** Uma aplicação bilíngue do método Paulo Freire. São Paulo, Cortez, 1981.

KAHN, M.; FRANCHEITO, B. Educação indígena no Brasil: conquistas e desafios. **Em Aberto,** Brasília, INEP, ano 14, n. 63, jul-set, 1994.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)**  
**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as**  
**Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância**

MATO GROSSO. CEI/MT. **Urucum, Jenipapo e Giz: Educação Escolar Indígena em debate.** Cuiabá: Secretaria de Educação, 1997.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº. 10.734 de 18/04/2002.** Dispõe sobre a criação da categoria de Escola Indígena no âmbito da educação básica, no sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul. Diário Oficial de Mato Grosso Sul, n. 5735, 19 abril 2002.

\_\_\_\_\_. **Deliberação Nº 4324 de 03/08/1995.** Aprova o documento Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. Diário Oficial de Mato Grosso Sul, p. 3, 26 set. 1995.

RESENHAS de Teses e Livros. Brasília/São Paulo: MEC/MARI, 1995.

## **5. Disciplina: História dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul**

### **Ementa:**

História das aldeias, das terras e territórios dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul e sua relação com os demais contextos espaço-temporais regional e nacional. Compreensão da estrutura da sociedade sul-mato-grossense. As etnias indígenas em Mato Grosso do Sul: passado, presente e projetos para o futuro.

### **Objetivo:**

Possibilitar a compreensão da elaboração da História Indígena como um processo em permanente construção e diálogo com as fontes; destacar a contribuição da História Indígena para o entendimento da trajetória histórica das nove etnias presentes na atualidade em Mato Grosso do Sul: Atikum, Guarani-Kaiowá, Guarani-Ñandeva, Guató, Kadiwéu, Kamba, Kinikinau, Ofaié e Terena; analisar as situações de (in)visibilidade das sociedades indígenas “resistentes” e destacar a história dos grupos Layana, Kinikinau, Kamba e Atikum e discutir a situação dos “remanescentes”, “resurgidos” e “emergentes”; conhecer como a localização espaço-temporal dos povos indígenas de MS é feita por meio de mapas e da construção simbólica dos territórios indígenas; realizar uma leitura histórica dos povos desaparecidos.

### **Bibliografia Básica:**

ABREU, M. SOIHET, R. (Org.). **Ensino de história:** conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

BRAND, A. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/ Guarani:** os difíceis caminhos da palavra. 1997. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1997.

BRASIL. Fundação Nacional do Índio. **Mapa das terras indígenas no Brasil.** Brasília: Diretoria de Assuntos Fundiários, 2001.

LUCIANO, G. dos S. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD/ LACED/Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, R. C. de. **Do índio ao bugre**: o processo de assimilação dos Terêna. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

### **Bibliografia Complementar:**

DUTRA, C. A. dos S. **O faié**: morte e vida de um povo. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 1996.

JOSÉ DA SILVA, G. **Da terra seca à condição de índios “terra seca”**: os Atikum em Mato Grosso do Sul. 2000. Monografia (Especialização em Antropologia) – Universidade Federal de Mato Grosso, 2000.

MANGOLIM, O. **Povos indígenas no Mato Grosso do Sul**: viveremos por mais 500 anos. Campo Grande: CIMI/ MS, 1993.

MARTINS, G. R. **Breve painel etno-histórico de Mato Grosso do Sul**. 2. ed. Rev. e amp. Campo Grande: UFMS, 2002.

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. 7. ed. São Paulo/ Brasília: Hucitec/ Edunb, 1993.

NIMUENDAJU, C. **Mapa etno-histórico**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

OLIVEIRA, J. E. de. **Guató**: argonautas do pantanal. Porto Alegre: Edipucrs, 1996.

PALÁCIO, A. P. **Guató**: a língua dos índios canoieiros do rio Paraguai. 1984. Tese. (Doutorado em Ciências) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984.

PECHINCHA, M. T. S. **Histórias de admirar**: mito, rito e história Kadiwéu. 1994. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 1984.

PENTEADO, Y. M. B. **A condição urbana**: estudo de dois casos de inserção do índio na vida citadina. 1980. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 1980.

RIBEIRO, B. **O índio na história do Brasil**. 3. ed. São Paulo: Global, 1983.

RIBEIRO, D. **Kadiwéu**: ensaios etnológicos sobre o saber, o azar e a beleza. Petrópolis: Vozes, 1980.

\_\_\_\_\_. **Os índios e a civilização**: a integração das populações indígenas no Brasil moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RICARDO, C. A. **Povos indígenas no Brasil: 1996-2000**. São Paulo: ISA, 2000.

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura guarani**. São Paulo: EPU/ Edusp, 1974.

\_\_\_\_\_. **Leituras de etnologia brasileira**. São Paulo: Nacional, 1976.

SIQUEIRA JR., J. G. **Esse campo custou o sangue dos nossos avós: a construção do tempo e espaço Kadiwéu.** 1993. Dissertação. (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

TAUNAY, A. E. **Entre os nossos índios: chanés, terenas, kinikinaus, guanás, laianas, guató, guaycurus, caingangos.** São Paulo: Melhoramentos, 1931.

## 6. Disciplina: História e Cultura Africana e Afro-brasileira

### Ementa:

História Africana e Afro-brasileira. Africanidades e resistências: conhecimentos e saberes produzidos pelos africanos na travessia do Atlântico na condição de semoventes. Resignificações e recriações dos contextos econômicos, culturais e educacionais em diáspora. Dos Quilombos aos abolicionistas. Da Frente Negra ao Movimento Negro Brasileiro. Os africanos tornados negros e as relações étnico-raciais contextos internacional e local.

### Objetivo:

Analisar historicamente as contribuições dos africanos e Afro-brasileiros e quilombolas para a formação da sociedade brasileira, bem como a presença dessa população nos sistemas educacionais. Compreender o processo histórico das relações étnico-raciais no Brasil.

### Bibliografia Básica:

AMÂNCIO, I. M. da C. (Org). **Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica.** Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

ARNAUT, L. ; LOPES, A. M. **História da África: uma introdução.** Belo horizonte: Crisálida, 2005.

BENCI, Jorge. **Economia Cristã dos Senhores no Governo dos Escravos.** [s.l.]: [s.n.], 1700.

DIALLO, C. S. e SILVA, D. M. (Orgs). **História da África: múltiplas aprendizagens.** Dourados-MS: Editora UEMS, 2010.

FIGUEIRA, P. de A.; MENDES, C. M.M.. **Estudo preliminar.** São Paulo: Grijalbo, 1977.

FONSECA, M. V. Educação e escravidão: um desafio para a análise historiográfica. **Revista Brasileira da História da Educação,** Rio de Janeiro, n. 4, 2002.

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime patriarcal.** 49. ed. São Paulo: Global, 2004.

GONÇALVES, L. A. O. Negros e educação no Brasil In: LOPES, E. M. T. et. al. **500 anos de Educação no Brasil.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2003 p. 325–346.

GONÇALVES, M. A. R. (org.). **Educação, cultura e literatura afro-brasileira.** Rio de Janeiro: Quartet : NEAB-UERJ, 2007.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)**  
**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as**  
**Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância**

HERNANDEZ, L. M. G. L. **A África na sala de Aula: visita à história contemporânea.** 3.ed. São Paulo: Selo negro, 2008.

KI-ZERBO, J. **Para quando a África?** Trad. Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

LOPES, N. **Dicionário escolar afro-brasileiro.** São Paulo: Selo Negro Edições, 2006.

MATTOS, R. A. de. **História e Cultura afro-brasileira.** São Paulo: Contexto, 2007.

MUNANGA, K. ; GOMES, N. L. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006.

SILVA, M. da; GOMES, U. J. (Orgs). **África, afrodescendência e educação:** Goiania-GO: Ed. Da UCG, 2006.

SILVÉRIO, V. R. Políticas educacionais para afro-brasileiros e indígenas. In Brasil/MEC. **Diversidade na educação: reflexões e experiências.** Brasília: MEC, 2003, p. 76-89.

#### **Bibliografia Complementar:**

BORGES, E. et al. **Racismo, Preconceito e Intolerância.** São Paulo: Atual, 2002.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília-DF: MEC, 2005.

### **7. Disciplina: Linguística Indígena**

#### **Ementa:**

Princípios de Linguística geral. O Estruturalismo e a descrição das línguas indígenas. A Linguística Indígena no Brasil. Bilinguismo e Diglossia. Aspectos de Fonética e fonologia das línguas indígenas do MS (ênfase na língua da etnia em questão). Aspectos da Morfossintaxe das línguas indígenas do MS (ênfase na língua da etnia em questão). A Sociolinguística e os processos históricos de perda linguística. As Línguas Indígenas na perspectiva da análise do discurso. Linguagem e identidade.

#### **Objetivo:**

Apresentar os conceitos da Linguística geral, bem como do Estruturalismo e a descrição das línguas indígenas, as concepções da Linguística Indígena no Brasil, o Bilinguismo e a Diglossia. Possibilitar a compreensão dos aspectos de Fonética e fonologia das línguas indígenas do MS com ênfase na língua da etnia Terena. A Morfossintaxe das línguas indígenas do MS. Debater a Sociolinguística e os processos históricos de perda linguística. Conhecer os estudos atuais das Línguas Indígenas na perspectiva da análise do discurso e dos estudos sobre identidade.

### Bibliografia Básica:

MAIA, M. **Manual de Linguística:** subsídios para a formação de professores indígenas na área de linguagem. Brasília: MEC/ SECAD; LACED/ Museu Nacional, 2006.

MAHER, T. M. O Ensino da Língua Portuguesa nas Escolas Indígenas. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n. 63, p.69-77, jul.- set., 1994.

\_\_\_\_\_. O dizer do Sujeito Bilíngüe: Aportes da Sociolinguística. **Anais do Seminário Desafios e Possibilidades na Educação Bilíngüe para Surdos**. Rio de Janeiro. INES/MEC, 1997.

\_\_\_\_\_. Sendo índio em português. In: SIGNORINI, Inês (Org). **Lingua(gem) e Identidade:** elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/FAEP-UNICAMP, 1998, pp.115-138.

MONSERRAT, R. (Org.). **A conquista da escrita:** encontros de educação indígena. São Paulo/Cuiabá: Iluminuras/Opan, 1989.

\_\_\_\_\_. **O que é ensino bilíngüe:** a metodologia da gramática contrastiva. **Em Aberto**. Brasília, ano 14, n. 63, p. 11-17, jul.-set., 1994.

### Bibliografia Complementar:

BRAGGIO, S. L. B. Aquisição e Uso de duas Línguas: Variedades, Mudança de Código e Empréstimo, **Revista da Abralin**, número especial dedicado a Aryon D. Rodrigues, n. 20, 1997.

BUTLER, N. **Modo, extensão temporal, tempo verbal e relevância contrastiva na língua terena**. Brasília: SIL, 1978.

CÂMARA JUNIOR, J. M. **Dicionário de Linguística e Gramática:** referente à língua portuguesa. Petrópolis. Vozes, 1985.

CAVALCANTI, C. M. Interação Guarani/Não-Guarani: Etnocentrismo Naturalizado na Questão do silêncio Inter-Turnos, **Trabalhos em Linguística Aplicada**, n. 18, p. 101 – 109, Jul-Dez.1999.

\_\_\_\_\_. Estudos Sobre Educação Bilíngüe e Escolarização em Contextos de Minorias Linguísticas no Brasil. **Delta**, v. 15, n. Especial, p.385-417, 1999.

CAVALCANTI, M. C. ; LOPES, L. P. M. Implementação de pesquisa na sala de aula de línguas no contexto brasileiro. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n. 17, p.133-144, 1991.

LYONS, J. **Lingua(gem) e Linguística:** uma introdução. Guanabara. Koogan. 1981

MORI, A. C. Conteúdos lingüísticos e políticos na definição de ortografias das línguas indígenas. In: Encontros de Educação Indígena – COLE, nº. 10, 1997, Campinas/SP. D'ANGELIS, W.; VEIGA, J. (Orgs.). **Leitura e Escrita em Escolas Indígenas**. Campinas/SP: ALB/Mercado de Letras, 1997. p. 23-33.

RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras:** para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)**  
**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as**  
**Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância**

SEKI, L. (Org.). **Linguística Indígena e Educação na América Latina**. Campinas. Editora da UNICAMP, 1993.

SERRANI, S. Análise de Ressonâncias Discursivas em Micro-Cenas para Estudo da Identidade Lingüístico-Cultural. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, n. 24 .. p. 79-90, 1994.

SIGNORINI, I. (org.). **Língua ( gem) e Identidade**: Elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas. SP: Mercado de Letras. São Paulo Fapesp, 1988.

SMOLKA, A. L. B.; GÓES, M. C. R. de (Orgs.) **A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção de conhecimento**. Campinas: Papyrus, 1995. (Coleção Magistério, Formação e Trabalho pedagógico).

TEIXEIRA, R. As línguas indígenas no Brasil. In: SILVA, A. L. da; GRUPIONE, L. D. B. (Orgs). **A Temática Indígena na Escola**: Novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC/Mari/Unesco, 1995, p.291-316.

## **08. Disciplina: A Diversidade na Escola e a Educação para as Relações Étnico-raciais**

### **Ementa:**

Conceitos de: raça, etnia, preconceito, discriminação, racismo, cultura, interculturalidade, multiculturalismo e diversidade. A escola e o currículo diferenciado para indígenas e quilombolas. O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais.

### **Objetivos:**

Possibilitar a compreensão da dinâmica das relações étnico-raciais em sala de aula e outros espaços educativos como forma de educar para a igualdade;

Apresentar os conceitos de raça, etnia, preconceito, discriminação, racismo, cultura, interculturalidade, multiculturalismo e diversidade numa perspectiva histórica e social;

Capacitar educadores para identificar, debater e combater no contexto educacional as expressões do preconceito e da discriminação vivenciados pelas populações indígenas, afro-brasileiras e outros grupos excluídos.

### **Bibliografia Básica:**

BRASIL.MEC/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações Para a Educação das Relações Étnico-raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

\_\_\_\_\_. SEPPIR/ Subsecretaria de Políticas de ações Afirmativas. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação Das Relações Étnico-raciais e Para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SEPPIR, 2009.

CASCHMORE, E. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. Trad. Dinah Klevel. São Paulo: Summus, 2000.

CAVALLEIRO, E. (org). **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

CORDEIRO, Maria José de J. Alves. Indígenas e Negros na Educação Superior: Necessidade de um Novo Currículo e de uma Nova Relação Professor-Aluno. In: SEMINÁRIO POVOS INDÍGENAS E SUSTENTABILIDADE - SABERES E PRÁTICAS INTERCULTURAIS NA UNIVERSIDADE, 2, 1997. **Anais...** Campo Grande: [s.l.]. Agosto de 2007. CD-978-85-7598-120-XISBN.

FAZZI, R. de C. **O drama racial de crianças brasileiras: socialização entre pares e preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

FRANCHETTO, B. Escolas e integração: o caso do parque do Xingu. **Em Aberto**, Brasília, v. 3. N. 21, p. 15-19, abr/jun. 1984.

GOMES, N. L. (org.). **Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GRINSPUM, M.P.S.Z. De alternativo a Oficial: Sobre a (Im)Possibilidade da Educação Escolar Indígena no Brasil. In: VEIGA, J.; D'ANGELIS, W. (Orgs.). **Leitura e Escrita em Escolas Indígenas**. Campinas: Associação Brasileira de Leitura / Mercado das Letras, 1997.

GRUPIONI, L. D. B. A nova LDB e os índios: a rendição dos carapálidas. **Cadernos de Campo, Revista dos alunos de Pós-Graduação em Antropologia**, São Paulo, USP, v.1, p. 105-112, 1991.

HERNANDEZ, L. M. G. L. **A África na sala de Aula: visita à história contemporânea**. 3.ed. São Paulo: Selo negro, 2008.

MUNANGA, K. **Superando o racismo na escola**. 3 ed. Brasília. MEC, 2001.

MUNANGA, K. ; GOMES, N. L. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

NEVES, G. (Org.). **Educar para a igualdade: combatendo o racismo na educação**. Uberlândia – MG: Sincope Gráfica, 2008. (CENAFRO).

SANTOS, G. ; SILVA, M. P. da. **Racismo no Brasil: percepções das discriminações e do preconceito no século XXI**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SILVA JR., H. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais**. Brasília: UNESCO, 2002.

### **Bibliografia Complementar:**

BARBOSA, P. F. Educação e Política Indigenista. **Em Aberto**. Brasília, INEP, ano 3, n. 21, p. 1-11, abr/jun.1984.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)**  
**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as**  
**Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância**

**BRASIL. Lei Nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e Bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 23 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 10.172 de 09/01/2001.** Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação. Diário Oficial da União Brasília, n. 7, p. 1, 10 jan. 2001.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CEB nº. 14 de 18 de outubro de 1999.** Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena. Diário Oficial da União de 19/10/1999, Brasília, p.12.

\_\_\_\_\_. **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CP nº. 003/2004** - Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, 2004.

\_\_\_\_\_. **Parecer CNE/CP nº. 10 de 11/03/2002.** Delibera sobre a formação do professor indígena em nível universitário. Diário Oficial da União, Brasília, n. 69, p. 14, 11 abr. 2002.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria do Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Versão Ago/1996.

\_\_\_\_\_. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas.** Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998, 339 p.

\_\_\_\_\_. **Resolução CEB/CP nº. 1 de 30 de setembro de 1999.** Dispõe sobre os Institutos Superiores de Educação. Diário Oficial da União, Brasília, p. 18, 13/04/1999.

\_\_\_\_\_. **Resolução CEB nº. 3 de 10/11/1999.** Fixa as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. Diário Oficial da União, Brasília, p.58, 14 dez. 1999.

CABRAL, A. S.; MONSERRAT, R. ; MONTE, N. **Por uma educação indígena diferenciada.** Brasília: CNRC/FNPM, 1987.

\_\_\_\_\_. **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º.** Grupioni , Brasília, MEC/MARI/UNESCO, 1995.

CAPACLA, M. V. **O debate sobre a educação indígena no Brasil: 1975 – 1995.** [S.l.]: [s.n.], 19--.

GADOTTI, M. **Educação básica e diversidade cultural.** São Paulo: Editora Pontes, 1994.

GENTILI, P. (Org.). **Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação.** Petrópolis: Vozes, 1995.

GRUPIONI, L. D. B. A nova LDB e os índios: a rendição dos carapálidas. **Cadernos de Campo – Revista dos alunos de Pós-Graduação em Antropologia.** São Paulo-SP, USP, v.1, p. 105-112, 1991.

HERNANDEZ, I. **Educação e Sociedade Indígena: Uma aplicação bilíngue do método Paulo Freire.** São Paulo/SP: Cortez , 1981.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPP)**  
**Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Educação para as**  
**Relações Étnico-raciais, na Modalidade Educação a Distância**

KAHN, M.; FRANCHEITO, B. Educação indígena no Brasil: conquistas e desafios. **Em Aberto**, Brasília, INEP, ano 14, n. 63, jul-set. 1994.

MATO GROSSO. CEI/MT. **Urucum, Jenipapo e Giz**: Educação Escolar Indígena em debate. Cuiabá: Secretaria de Educação, 1997.

MATO GROSSO DO SUL. **Decreto nº. 10.734 de 18/04/2002**. Dispõe sobre a criação da categoria de Escola Indígena no âmbito da educação básica, no sistema Estadual de Ensino do Estado de Mato Grosso do Sul. Diário Oficial de Mato Grosso Sul, n. 5735, 19 abril 2002.

\_\_\_\_\_. **Deliberação Nº 4324 de 03/08/1995**. Aprova o documento Educação Escolar Indígena da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul. Diário Oficial de Mato Grosso Sul, p. 3, 26 set. 1995.

MONSERRAT, R. Conjuntura Atual da Educação Indígena. In: EMIRI, L. ; MONSERRAT, R (Orgs.). **A conquista da escrita**: encontros de educação indígena. São Paulo/Cuiabá: Iluminuras/Opan, 1989.

MOURA, Clovis. **História do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

PERRENOUD, P. Formar professores em contextos sociais em mudança. **Revista Brasileira de Educação – ANPED**, Rio de Janeiro, n. 12, p. 08-13, 1999.

RESENHAS de Teses e Livros. Brasília/São Paulo: MEC/MARI, 1995.

SANTOS, S. C. dos. **Educação e Sociedades Tribais**. Porto Alegre: Movimento, 1975.

SAVIANI, D. **Educação do Senso Comum à Consciência Filosófica**. São Paulo: Ed. Cortez, 1980.

SEEGER, A. O que Podemos Aprender Quando Eles Cantam?. In: SEEGER, A. **Os Índios e Nós**: Estudos sobre Sociedades Tribais Brasileiras. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

TAUKANE, D. **A história da educação escolar entre os Kurã-Bakairi**. Cuiabá: [s.n.], 1999.

VALENTE, A. L. **Ser negro no Brasil hoje**. São Paulo: Moderna, 1987.

**09. Disciplina:** Projeto Político Pedagógico das Escolas na Perspectiva da Educação Étnico-racial

**Ementa:**

Concepção de Projeto Político Pedagógico numa perspectiva da Educação Étnico-racial; Sociedade e Educação; Educação, Globalização, Trabalho e Capitalismo; Educação Indígena; Educação Escolar Indígena; Educação de Afro-brasileiros, Quilombolas e Gestão Escolar.

**Objetivo:**

Contribuir com fundamentos teóricos para a elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola numa perspectiva da Educação Étnico-racial, com a

finalidade de refletir o que se pretende para a formação do homem na sociedade contemporânea. Nesse sentido, faz-se necessário possibilitar que as comunidades tradicionais se apropriem de saberes teóricos e técnicos que favoreçam a participação desses cidadãos para a elaboração do Projeto Político Pedagógico.

### **Bibliografia Básica:**

BARROSO, J. Gestão local da educação: entre o Estado e o mercado, a responsabilização coletiva. In: MACHADO, L. M. ; FERREIRA, N. S. C. **Política e gestão da educação**: dois olhares. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BRASIL, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações Para a Educação das Relações Étnico-raciais**. Brasília: Secad/Mec, 2006.

\_\_\_\_\_. SEPPIR/ Subsecretaria de Políticas de ações Afirmativas. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: SEPPIR, 2009.

IANNI, O. Cidadão do mundo, in: LOMBARDI, J. C. *et. al.* (Org.) **Capitalismo, Trabalho e Educação**. Campinas: Autores Associados, 2002.

SALANOVA, A.; VEIGA, J. (Orgs.). **Questões de educação escolar indígena**: da formação do professor ao projeto da escola. Brasília: FUNAI/DEDOC. Campinas/ALB, 2001.

VEIGA, I. P. (Org.). **O projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

### **Bibliografia Complementar:**

CAPACLA, M. V. **O debate sobre a educação indígena no Brasil**: 1975 - 1995. Brasília/São Paulo: MEC/MARI, 1995. (Resenhas de Teses e Livros).

FRANCHETTO, B.. Escolas e integração: o caso do parque do Xingu. **Em Aberto**. Brasília, v. 3, n. 21, p. 15-19, abr-jun. 1984.

MATO GROSSO. CEI/MT. **Urucum, Jenipapo e Giz**: Educação Escolar Indígena em debate. Cuiabá: Secretaria de Educação, 1997.

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.

MUNANGA, K.. **Superando o racismo na escola**. 3. ed. Brasília. MEC, 2001.

VALENTE, A. L. **Ser Negro no Brasil Hoje**. São Paulo: Moderna, 1987.

**10. Disciplina:** Análise do Discurso do Preconceito e da Discriminação na Sociedade Brasileira

### **Ementa:**

As noções de discurso. O discurso do preconceito e da discriminação social. Sobre a rarefação dos discursos nas relações étnico-raciais na instituição escolar. O

interdiscurso. A teoria de um sujeito não subjetivo. Discurso e ideologia. Efeitos de sentido do discurso sobre a luta por reconhecimento e cidadania. A heterogeneidade mostrada e a heterogeneidade constitutiva nos discursos das relações étnico-raciais na sociedade.

### **Objetivo:**

Contribuir com os fundamentos teóricos da Análise do Discurso para a compreensão do discurso do preconceito e da discriminação nas relações étnico-raciais na escola e na sociedade.

### **Bibliografia Básica:**

- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Questões de literatura e estética: a teoria do romance**. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 1983.
- DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.
- CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. Trad. para o português com finalidade didática, de Sírio Possenti. 1987.
- GADET, F. & HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed., São Paulo: Unicamp, 1993.
- GOMES, N. L. Uma dupla inseparável: cabelo e cor da pele. In: BARBOSA, L. M. A. (Org.) et al. **De preto a afro-descendentes: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negra e relações étnico-raciais no Brasil**. São Carlos: EDUFSCar, 2003. p.137-150.
- HALL, S. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- MCLAREN, P. **Multiculturalismo Crítico**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 1999.
- MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas: Pontes, 1989.
- POSSENTI, S. **Discurso, estilo e subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- \_\_\_\_\_. Apresentação de análise do discurso. **Glotta**, São José do Rio Preto, v. 12, p. 45 - 49, 1990.
- SANTOS, G. A. **A invenção do “ser negro”**: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.
- SILVA, P. B. G. Pesquisa e luta por reconhecimento e cidadania. In: ABRAMOWICZ, A. & SILVÉRIO, V. (Orgs). **Afirmando diferenças: Montando o quebra-cabeça da diversidade na escola**. Campinas, SP: Papyrus, 2005. p. 27-53.

### **Bibliografia Complementar:**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília-DF: MEC, 2004.

### **11. Disciplina:** Seminário de Pesquisa

#### **Ementa:**

Acompanhamento dos trabalhos de conclusão de Curso: estudo e elaboração de relatórios. Apresentação e discussão de trabalhos de pesquisa.

#### **Objetivo:**

Subsidiar a elaboração dos pós-graduandos em processo de construção do Trabalho de Conclusão de Curso, por meio da exposição oral e discussão dos trabalhos no grupo.

### **Bibliografia Básica:**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023:** Informação e documentação. Referências. Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 6027:** Informação e documentação. Sumário. Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 6028:** Informação e documentação. Resumos. Apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **NBR 10520:** Informação e documentação. Citações em documentos. Apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. **NBR 14724:** Informação e documentação. Trabalhos acadêmicos. Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CHRISTIAN, L. **A construção do Saber:** manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

ECO, H. **Como se faz uma tese.** 17. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

GHEDIN, Evandro, *et al.* **Questões de Método na Construção da Pesquisa em Educação.** São Paulo-SP: Cortez Editora: 2008. (Coleção Docência em Formação).

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica.** 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E.; FRANCO, M.A.S. **Pesquisa em Educação:** Alternativas investigativas com objetos complexos. São Paulo-SP: Edições Loyola, 2006.

### **Bibliografia Complementar:**

AZEVEDO, I.B. **O prazer da produção científica, diretrizes para a elaboração de trabalhos acadêmicos.** 6.. ed. São Paulo: UNIMEP, 1996. 145 p.

FARIA FILHO, L. M. (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias:** questões para a história da educação. Campinas/SP: Autores Associados, 2000. V. 1.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: E.P.U., 1986. 135 p.

## **15. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

### **15.1 FINANCIAMENTO**

Os recursos financeiros do Curso são oriundos do convênio a ser formalizado entre a UEMS e a UAB/Capes em virtude da aprovação preliminar do presente projeto, submetido ao Ministério da Educação, por intermédio de sua Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, em parceria com a Secretaria de Educação a Distância e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior da Universidade Aberta do Brasil – (UAB/Capes), por meio da Chamada Pública do Edital N°. 028/2009.

### **15.2. CUSTOS**

Os custos gerados para o desenvolvimento do Curso, tais como, bolsas para os profissionais envolvidos, materiais de consumo, diárias, custos de deslocamento ou passagens, produção do material didático serão financiados pela UAB/Capes, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC, em conformidade com a Resolução CD/FNDE N°. 26, DE 05 de junho de 2009, embasada na legislação vigente, que determina o financiamento para a educação e mais especificamente os programas de formação de professores.

## QUADRO DE DOCENTES E DISCIPLINAS

Nº.	Disciplina	Nome/Titulação	Relação/Curso/Instituição
01	Fundamentos de Educação a Distância	MSc. Rozely Souza Luiz Gayoso	Contratada – UEMS
02	Psicologia e os Processos Próprios de Aprendizagem	Dra. Léia Teixeira Lacerda	Efetiva – UEMS
03	Metodologia da Pesquisa em Educação	Dra. Kátia Cristina Nascimento Figueira	Efetiva – UEMS
04	Políticas Públicas para a Educação Étnico-racial no Brasil	MSc. Paulo Goulart Júnior	Universidade Anhanguera-Uniderp
05	História dos Povos Indígenas do Mato Grosso do Sul	Dra. Beatriz dos Santos Landa	Efetiva – UEMS
06	História e Cultura Africana e Afro-brasileira	MSc. Maria de Lourdes Silva (Doutoranda UFsCar) MSc. Cintia dos Santos Dállo	Cedida – SED/MS Convocada na UEMS/UFGD
07	Linguística Indígena	Dra. Onilda Sanches Nincao	UFMS/ Campus de Aquidauana
08	Relações Étnico-raciais e a Temática Afro-brasileira e Indígena na Sala de Aula	Dra. Maria José de Jesus Cordeiro Alves Dra. Léia Teixeira Lacerda	Efetivas – UEMS
09	Projeto Político Pedagógico das Escolas na Perspectiva da Educação Étnico-racial	MSc. Maria de Lourdes Silva	Cedidas – SED/MS
10	Análise do Discurso do Preconceito e da Discriminação na Sociedade Brasileira	Dra. Maria Leda Pinto	Efetiva – UEMS
11	Seminário de Pesquisa	Dra. Kátia Cristina Nascimento Figueira	Efetiva – UEMS
-	Trabalho de Conclusão de Curso	Professores Formadores do Curso e outros professores bolsistas selecionados, por meio de edital específico, perfazendo um total de 65 (sessenta e cinco) professores orientadores.	

**QUADRO DEMONSTRATIVO PROFESSORES PESQUISADORES**

<b>Nº.</b>	<b>Nome/Titulação</b>	<b>Relação/Curso/Instituição</b>
01	Dra. Beatriz dos Santos Landa	Efetiva – UEMS
02	Dra. Eliane Greice Davanço Nogueira	Efetiva – UEMS
03	Dra. Léia Teixeira Lacerda	Efetivas – UEMS
04	Dra. Maria Leda Pinto	Efetiva – UEMS
05	MSc. Maria de Lourdes Silva (Doutoranda UFsCar)	Cedidas – SED/MS
06	MSc. Mônica Scharth Gomes	Cedida – SED/UEMS
07	MSc. Rozely Souza Luiz Gayoso	Contratada – UEMS
08	MSc. Euricléa Azevedo Nogueira	Contratada – UEMS
09	Dra. Nedina Roseli Martins Stein	Contratada – UEMS
10	Dra. Maria José de Jesus Cordeiro Alves	Efetiva – UEMS
11	Dra. Onilda Sanches Nincao	UFMS/ Campus de Aquidauana
12	Dra. Kátia Cristina Nascimento Figueira	Efetiva – UEMS
13	MSc. Paulo Goulart Júnior	Universidade Anhanguera-Uniderp
14	Dra. Bartolina Ramalho Catanante	Efetiva – UEMS
15	Dra. Natalina Sierra Assencio Costa	Efetiva – UEMS
16	MSc. Cintia dos Santos D'Allo	Contratada na UEMS/UFGD
17	Dr. Marlon Leal Rodrigues	Efetivo – UEMS
18	Dra. Vera Lúcia Guerra	Efetiva – UEMS
19	MSc. Antônio Carlos Santana de Souza	Efetivo – UEMS
20	Dra. Sandra Cristina de Souza	Efetiva – UEMS
21	Dra. Rosely Aparecida Stefanos Pacheco	Efetiva – UEMS